



Antonio Carlos recebe o relatório das mãos de Ney Suassuna

Congresso vota hoje o Orçamento de 1998

Membros da Comissão Mista entregam a ACM o relatório final sobre a proposta. Arruda e Suassuna destacam o consenso entre as lideranças partidárias, que poderá se repetir na sessão conjunta marcada para as 10h

Concessionária emitirá título para investir

Projeto aprovado ontem pelo Senado permite emissão de títulos por concessionárias de serviços públicos. Pág. 8

Alternativas para as penas de prisão

Penas pecuniárias e de perda de bens e valores podem substituir as penas de prisão em determinados casos, conforme projeto aprovado na CCJ. Pág. 6



CCJ flexibiliza as condições para regulamentar sistema financeiro

Proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Comissão de Justiça (foto) torna mais fácil a regulamentação

do sistema financeiro, ao permitir a elaboração de mais de uma lei complementar sobre a matéria. Página 6

O Congresso Nacional votará hoje, às 10h, o Orçamento da União para 1998, cujo relatório final o deputado Aracely de Paula entregou ontem ao senador Antonio Carlos Magalhães. O presidente do Congresso destacou que, pela primeira vez nos últimos anos, o Legislativo entregará ao Executivo a lei orçamentária dentro do prazo constitucional, que se expira no próximo dia 15. O presidente da Comissão, Ney Suassuna, garantiu que a proposta é uma peça transparente. Página 3

Desocupação de imóvel rural terá acompanhamento

PÁGINA 8

Exclusão do Espírito Santo do programa Brasil em Ação irrita o senador: "Omissão do ministro é indesculpável", disse

Ignácio: Kandir insulta a representação do ES

Ao apelar ontem para que o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, inclua o Espírito Santo como pólo integrador de mercados com o Brasil e com o exterior, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse que o comportamento do ministro "é um insulto à representação do estado e um desrespeito à autoridade do presidente Fernando Henrique Cardoso".

José Ignácio informou que, desde o lançamento do programa Brasil em Ação, sentia-se incomformado com o alijamento do seu estado das estratégias que fixam as ações do governo até 1999. Em razão disso, toda a bancada federal do Espírito Santo teve algumas audiências com o presidente da República, quando José Ignácio detalhou a infraestrutura básica e a capacidade de crescimento do estado.

No último desses encontros, narrou o senador, o presidente determinou ao ministro Kandir que examinasse o pedido de inserção do Espírito Santo no programa Brasil em Ação, e desse uma resposta à bancada capixaba. Até agora, contudo, infor-



José Ignácio: queixa contra Kandir

mou José Ignácio, o ministro não se dirigiu a nenhum dos parlamentares capixabas. "A omissão do ministro é indesculpável e agride o interesse do meu estado", disse o senador.

Segundo José Ignácio, enquanto o ministro silencia sobre projetos fundamentais para a inclusão do Espírito Santo no novo desenho econômico do país, em outros estados são fortalecidas economias concorrentes. "Assim é feito com Sepetiba, no Rio de Janeiro, que consta do programa Brasil em Ação, em detrimento do Porto de

Barra do Riacho, no Espírito Santo, que ficou de fora".

O senador admitiu ter respeito e consideração pelo ministro do Planejamento, mas ressaltou que não é a primeira vez que se prejudica o seu estado. "Há trincheiras cavadas na burocracia do governo para resistir às tentativas de integrar o Espírito Santo à nova realidade econômica do país e do mundo".

"Nós vamos continuar enfrentando a discriminação e o preconceito dos que lutam para eternizar desníveis que produziram essa Federação de faz-de-conta, essa Federação aleijada, que tem a lógica do privilégio", argumentou José Ignácio.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse ser da geração que viu o Espírito Santo crescer, não desejando vê-lo agora sufocado pelo governo federal. Elcio Alves (PFL-ES) afirmou que "o tratamento dispensado em algumas áreas ministeriais não está à altura do comportamento do presidente da República com os senadores". E Ramez Tebet (PMDB-MS) também afirmou que "muitos integrantes do governo não têm a postura do seu chefe".



O presidente do Senado e a governadora maranhense, na audiência

Roseana visita ACM e pede pelo Maranhão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que estava acompanhada do secretário estadual de Planejamento, Jorge Murad. À saída, a governadora disse que aproveitou a visita de cortesia para pedir o apoio do presidente para uma rápida apreciação pelo Senado de projetos de interesse do seu estado.

Segundo Roseana, duas matérias são de particular importância para o Maranhão e em breve deverão estar em condições de entrar na pauta do plenário: uma relacionada ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Maranhão (Prodetur) e outra, ao Programa de Apoio ao Produtor Rural (PAP). A governadora manifestou a esperança de que ambas possam ser apreciadas ainda den-

tro da atual legislatura.

LANÇAMENTO

O presidente do Senado recebeu também, ontem, das mãos do deputado Franco Montoro, presidente da Comissão Especial que examina a emenda constitucional que propõe a instituição do parlamentarismo, o texto da proposta que deverá ser examinada pelo plenário da Casa.

Os deputados Bonifácio de Andrada, Odacir Klein, Vilmor Rocha e Israel Pinheiro, que também são membros da comissão, compareceram à audiência.

À tarde, Antonio Carlos visitou o Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, onde se realizou o lançamento do livro *Pedro Aleixo, Jornalista*, de autoria do professor José Carlos Aleixo.

Távola destaca inauguração de biblioteca virtual

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) destacou ontem a inauguração, na Academia Brasileira de Ciências, da primeira biblioteca virtual do país, numa iniciativa do CNPq.

Conforme o senador, o primeiro nome escolhido para esse trabalho foi o do professor Anísio Teixeira, cuja obra, de pensamento e de pesquisa, aborda vários ângulos da atividade educacional brasileira.

Artur da Távola cumprimen-

tou o CNPq pela "lembrança de traduzir o pensamento nacional", destacando que estudantes, universitários e pesquisadores de hoje terão, daqui a 10 anos, a oportunidade de nutrir-se, via Internet, da obra dos grandes pensadores brasileiros.

Conforme o senador, a proposta do CNPq é promover uma série de bibliotecas virtuais com as obras de pesquisadores, estudiosos, homens de ciência e do pensamento nacional por meio da Internet.



Távola: a primeira do gênero no país

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h - Presidência conjunta do Congresso Nacional
15h30 - Presidência conjunta não deliberativa do Senado Federal

PLENÁRIO

10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Votação do projeto de lei orçamentária para 1998
12h30 - Sessão não deliberativa ordinária do Senado Federal
Hora do Expediente - será dedicado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte (Requerimento nº 332/97, do senador Francelino Pereira e outros)

Oradores inscritos: Francelino Pereira e Júnia Marise

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Audiência pública - exposição do ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira
Assunto - PEC nº 41/97 - modifica o regime e dispõe sobre

princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 147/97 - revoga o art. 2º da Lei nº 9.192/95, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; PLS nº 110/95 - cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; PDL nº 115/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maracanã Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul; e PDL nº 105/96 - aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Patumã Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Instituído prêmio em homenagem a Cruz e Sousa

Projeto de resolução de autoria dos senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Esperidião Amin (PPB-SC), que institui o Prêmio Cruz e Sousa aos autores de trabalhos alusivos à comemoração do centenário de morte do poeta brasileiro, que será celebrado em março de 1998, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado.

Durante a votação, os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Esperidião Amin e Bello Parga (PFL-MA) destacaram a importância da iniciativa. Já o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou discurso em versos, em homenagem ao projeto. A matéria foi relatada pelos senadores Ottoniel Machado (PMDB-GO) e Ronaldo Cunha Lima, nas comissões de Educação e Diretoria, respectivamente.

Aprovada a indicação de general para o STM

Ainda na sessão de ontem, o plenário aprovou em turno único o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre mensagem do Executivo que autoriza o general-de-exército Germano Arnoldi Pedrozo a exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

O parecer apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ressalta a "vitoriosa carreira profissional abrilhantada com inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras" do indicado. A vaga a ser ocupada pelo novo ministro é decorrente da aposentadoria do general-de-exército Luiz Guilherme de Freitas Coutinho.

O Senado aprovou, ainda, projeto de iniciativa do presidente da República que concede pensão especial a Gelson José Braz, vítima de acidente aéreo. A matéria foi relatada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde obteve parecer favorável do relator, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), após análise de exposição de motivos do ministro da Aeronáutica que provou a responsabilidade civil do Estado pelo acidente.

ACM e líder do governo destacam trabalho que resultou em proposta transparente e em amplo consenso das lideranças

Orçamento de 1998 será votado hoje pelo Congresso

O relatório final do Orçamento para 1998, elaborado pelo deputado Aracely de Paula (PFL-MG), será submetido hoje, às 10h, à apreciação do plenário do Congresso Nacional.

Segundo o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), é a primeira vez, em muitos anos, que o Orçamento será votado no prazo constitucional.

O senador Ney Suassuna, o deputado Aracely de Paula e vários integrantes da comissão entregaram ontem à tarde, ao senador Antonio Carlos Magalhães, o relatório final do Orçamento, aprovado no dia anterior pela Comissão Mista.

O presidente Antonio Carlos Magalhães parabenizou a co-



Suassuna e Aracely comemoraram missão

missão pelo trabalho realizado, destacando que o Parlamento cumpriu rigorosamente os prazos constitucionais de tramitação do Orçamento, "coisa que não acontecia há muitos exercícios legislativos".

Conforme o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), o trabalho do relator e dos sub-relatores caracterizou-se pela competência e equilíbrio, o que permitiu a aprovação do relatório final por consenso entre as lideranças partidárias. Ele também frisou que o trabalho da comissão resultou em uma peça transparente, permitindo sua votação em plenário sem maiores dificuldades.

Já o senador Suassuna explicou que as discussões envolveram pelo menos três rodadas de negociação com as bancadas federais e que o relator demonstrou notável capacidade para esse trabalho, o que levou a uma votação por consenso e com a participação da oposição. O senador acredita que o consenso atingido na comissão se repetirá no plenário do Congresso.

União assumirá dívida do DNER com o Banco do Brasil de R\$ 220 milhões

O Senado autorizou ontem a União a assumir dívida do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para com o Banco do Brasil no valor de R\$ 220 milhões. A dívida remonta a 1977 e refere-se a excedente de empréstimo absorvido pelo DNER e tomado no exterior para o Projeto Açominas.

Conforme o relator do parecer

favorável ao projeto, senador Levy Dias (PPB-MS), como os recursos necessários à liquidação do empréstimo são orçamentários, eles serão repassados ao DNER pelo Tesouro. "Só assim o DNER poderá pagar sua dívida junto ao Banco do Brasil, que devolverá o valor recebido ao Tesouro. Este é o objetivo do presente projeto de lei - evitar con-

fusão contábil e solucionar o problema mediante simples baixa de operação", salientou o senador.

EMBAIXADOR

O ministro de primeira classe da carreira de diplomata Márcio Paulo de Oliveira Pires teve seu nome aprovado pelo plenário do Senado para ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto à Bélgica.

Eleita Comissão Representativa que atuará durante recesso do Legislativo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem a constituição da Comissão Representativa do Congresso Nacional que exercerá esse mandato de 16 de dezembro de 1997 a 14 de fevereiro de 1998. A comissão deverá ser integrada por sete senadores e 16 deputados e, conforme o Regimento Comum, caso o Congresso seja convocado extraordinariamente, esse mandato não será suspenso.

A comissão compete autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do país; sustar atos normativos do Poder Executivo que

exorbitem do seu poder regulamentar; exercer a competência administrativa das Mesas da Câmara e do Senado, em caso de urgência; zelar pelas prerrogativas do Parlamento e pela competência legislativa do Congresso, além de outras missões.

Os integrantes do Senado na comissão são: Carlos Patrocínio, Joel de Hollanda, Geraldo Melo, Júnia Marise e Odacir Soares, como titulares. E Júlio Campos, Francelino Pereira, José Roberto Arruda, Emília Fernandes e Regina Assumpção, como suplentes.

Os titulares da Câmara são: Aroldo Cedraz, Hugo Rodrigues Cunha, Osório Adriano, Jorge

Wilson, Lídia Quinan, Maria Elvira, Marconi Perillo, Octávio Elísio, Sílvio Torres, Agnelo Queiroz, Chico Vigilante, Nilson Gibson, Benedito Domingos, Márcio Reinaldo Moreira, Prisco Viana e Arlindo Vargas.

Os suplentes da Câmara são: Cláudio Chaves, João Ribeiro, José Egydio, Carlos Mendes, João Magalhães, Nair Xavier Lobo, Feu Rosa, Pedro Henry, Ronaldo C. Coelho, Severiano Alves, Osvaldo Reis, Roberto Balestra, Wigberto Tartuce e Duílio Pisaneschi. Para fechar a lista, alguns partidos ainda precisam fazer suas indicações.

Créditos para o Executivo vão estar na Ordem do Dia

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou na manhã de ontem nove pareceres favoráveis sobre créditos adicionais para o Executivo. As matérias serão votadas hoje pelo plenário do Congresso Nacional.

Foram aprovados os seguintes créditos: para o Ministério da Ciência e Tecnologia (Fundação Centro Tecnológico para Informática) e Ministério das Comunicações (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações), no valor de R\$ 29,6 milhões; ao Ministério da Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), de R\$ 83 milhões; ao Ministério do Meio Ambiente (Fundo Nacional do Meio Ambiente), de R\$ 68 milhões; ao Ministério das Relações Exteriores e ao Emfa, de R\$ 5,4 milhões.

Também receberam créditos adicionais o Ministério dos Transportes, de R\$ 72,2 milhões; o Ministério da Saúde (Fundação Nacional da Saúde), de R\$ 266 milhões; o Ministério da Justiça (Fundo Penitenciário), de R\$ 2,4 milhões; o Ministério da Fazenda (pagamento de juros), de R\$ 11,7 milhões; e o Ministério da Cultura, de R\$ 125,4 milhões.

Relatório propõe ampliar a ação da CI

A comissão especial que promoveu estudos e discussões sobre aperfeiçoamento das políticas governamentais para o Nordeste, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), aprovou ontem seu relatório final, relatado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Waldeck, que apresentou parecer oral sobre a matéria, enfatizou a necessidade de aprovação do Projeto de Resolução 161/97, de autoria da Comissão de Infra-Estrutura (CI), que transforma a CI em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente. Essa providência, segundo o senador, irá contribuir sobremaneira para o aprofundamento do debate em torno de questões regionais.

Senadores lembram Dia dos Direitos Humanos

O Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos - 10 de dezembro - foi lembrado ontem por seis senadores no plenário da Casa. Lúcio Alcântara afirmou que o governo tem o que mostrar nessa área, citando a solenidade no Palácio do Planalto, na qual o presidente da República premiou projetos que visam garantir os direitos humanos. Benedita da Silva, autora do requerimento de

celebração da data, disse ser necessário o governo implementar políticas mais efetivas na área social. Júlio Campos lembrou a importância da solidariedade. Emília Fernandes protestou contra a marginalização, enquanto Eduardo Suplicy enfatizou a necessidade da garantia ao trabalho e Leonel Paiva lembrou que, apesar de ter sido feita há 49 anos, a Declaração continua atual.



Alcântara lembra a homenagem do Executivo a entidades

Governo tem o que mostrar na área, garante Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) considerou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem o que mostrar na área de direitos humanos. Ele lembrou que ontem, Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em solenidade no Palácio do Planalto, o presidente da República distribuiu prêmios a entidades que possuem projetos nessa área.

Lúcio Alcântara disse ainda que o presidente sancionou duas leis com relação ao tema, recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional, sendo que uma delas permitirá ao governo federal destinar recursos a municípios pobres que instituírem programas de garantia de renda mínima a famílias com crianças na escola. Alcântara, que foi o relator do projeto no Senado, lembrou experiências nesse sentido realizadas na cidade de Campinas, em São Paulo, no Distrito Federal e em outras cidades brasileiras.

De acordo com o senador, o outro projeto sancionado por Fernando Henrique Cardoso é o que trata do fornecimento gratuito da certidão de nascimento e do atestado de óbito para todos os cidadãos. "Essa lei dará uma carta de cidadania a todos os brasileiros", afirmou.

- Temos problemas graves no respeito aos direitos humanos no Brasil, mas devemos elogiar as medidas do governo federal para resolver essas questões - assinalou Lúcio Alcântara, que lembrou também o pagamento de indenização às famílias dos torturados e desaparecidos durante o período conhecido como ditadura militar.

Benedita: resposta à crise não pode trazer mais violações

Durante a comemoração do Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ontem, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), autora do requerimento de celebração da data na Hora do Expediente da sessão do Senado, defendeu a necessidade de o governo implementar políticas econômicas mais efetivas para equacionar problemas estruturais, como o desemprego, a fome e a distribuição de renda. Para ela, enquanto persistir "esse injusto modelo econômico", os direitos humanos continuarão a ser violados.

- Esses direitos não podem ser desprezados, sob o pretexto da necessidade de se promover ajuste econômico. A resposta do país à crise mundial foi o aprofundamento da recessão, com elevação dos juros, aumento de impostos, demissão de funcionários públicos. Promove-se, assim, mais quebra de empresas, mais achatamento do poder aquisitivo, mais desemprego. Em resumo, mais desrespeito aos direitos humanos - afirmou.

A senadora destacou dados apresentados pela Organização dos Estados Americanos (OEA) constatando que o Brasil "ainda não tem oferecido as garantias necessárias a setores importantes da população com o objetivo de assegurar seus direitos". Além de verificar que os trabalhadores brancos ganham 2,5 vezes mais que os negros e que a PM continua atuando de maneira violenta, o relatório da OEA demonstrou que a destinação de menos de 1% do PIB aos pobres seria o suficiente para colocá-los acima da linha da pobreza. "As soluções estão ao alcance das autoridades, mas falta vontade política. Apesar disso, ao comemorarmos o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, não podemos permitir que a realidade de sua freqüente violação nos conduza ao esmorecimento", alertou.



Benedita: "As soluções estão ao alcance das autoridades"

Júlio Campos: sentimento pra o caminho para a igualdade ética



Contra barbárie da fome, Campos quer mais solidariedade

O senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou ontem, durante a comemoração do Dia da Declaração dos Direitos Humanos, que o princípio da solidariedade deve marcar as opções políticas, econômicas e sociais das sociedades no mundo. Para ele, a solidariedade funda o ideal, traça o caminho para a igualdade ética, além de orientar as relações assimétricas entre as pessoas.

- Não tenho dúvida de que já é hora de implantar esse princípio como base da vida social, para superar, de fato, a barbárie da fome, das guerras fratricidas, do desamparo, da manipulação, da exploração, da prepotência do mais forte sobre o mais fraco, do individualismo, do isolamento e da ilegitimidade - assinalou.

O senador considerou irreal pensar em igualdade e liberdade - duas bandeiras da Revolução Francesa - sem a solidariedade, porque somente ela é capaz de considerar e de assumir a condição de diferença na vida humana. Segundo disse, fora desse contexto, poucas são as oportunidades para os povos comemorarem o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- Nem a globalização, nem o livre mercado, nem o capitalismo, nem o socialismo terão reais possibilidades de qualificar positivamente a vida humana, pois todas essas visões estão presas a mecanismos que alijam os seres humanos como pessoas, cultivam a riqueza como fetiche, destroem custos sem escrúpulos, semeiam e cultivam a escravidão sem senhores - disse.

Júlio Campos demonstrou otimismo, garantindo que, graças à criatividade e à perseverança da humanidade, grandes avanços ainda serão feitos.

Emília: renda concentrada agrava problema

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) afirmou, durante a comemoração do Dia Mundial dos Direitos Humanos, que "é hipocrisia falar-se em direitos humanos diante do crescente quadro de concentração de renda, seja no Brasil ou no mundo, que torna alguns mais e mais poderosos e empurra para a marginalização absoluta milhões de pessoas".

Citando dados do IBGE, Emília Fernandes informou que, contrariando a propaganda oficial, a concentração de renda no Brasil aumentou ainda mais, no período de 1987 a 1996, tornando os ricos mais ricos e os pobres ainda mais pobres. Conforme a senadora, em 1987, os 10% mais pobres detinham 1,12% da renda nacional, enquanto que em 1996 este percentual baixou para 0,98%, ao mesmo tempo em que os 10% mais ricos, que em 1987 detinham 41,91% da renda nacional, aumentaram a sua participação para 42,36% em 1996.

Para ela, a afirmação dos direitos humanos na sociedade brasileira e no mundo passa necessariamente pela superação do atual modelo econômico mundial, que impõe a submissão, o atraso e a miséria às nações periféricas.

- A principal condição para a vigência dos direitos humanos é a garantia do direito ao emprego, ao trabalho, ou seja, à existência, à sobrevivência, à própria vida. É preciso que os governos tratem o direito ao trabalho como um direito fundamental de cidadania, de desenvolvimento do ser humano e até mesmo de liberdade - afirmou.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apoiou o discurso da senadora, assinalando que com a globalização houve uma massificação do capital, que tem trazido várias amarguras para os cidadãos.



Emília: direito ao trabalho é fundamental à cidadania

Para Suplicy, política econômica não pode ignorar desempregados

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem, na sessão destinada a homenagear o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, apesar dos avanços, o Brasil está muito distante do respeito a es-



Suplicy: direitos

tes direitos. "Seria bom que a política econômica levasse em conta não só os investidores internacionais, mas também os cidadãos que estão desempregados ou aqueles que recebem baixa remuneração", afirmou.

Suplicy lembrou que o artigo 23 da Declaração estabelece que todos têm direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. "O artigo diz ainda que todos os trabalhadores devem receber uma remuneração justa e favorável que lhes assegure e a sua família uma existência compatível com a dignidade humana", acrescentou.

O senador registrou um fato

que considerou positivo em relação aos direitos humanos. Conforme informou, o prefeito de Betim, Jesus de Lima, que sofreu um atentado há alguns meses, está se recuperando muito bem da tentativa de assassinato. "O atentado não foi

só contra a pessoa, mas contra um projeto político, democrático, transparente, honesto e de participação popular", frisou Suplicy, elogiando a Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, que identificou o mandante e os pistoleiros do atentado.

Outro fato relativo ao tema destacado por Eduardo Suplicy foi a visita que o presidente da Câmara dos Deputados do Tibete no Exílio, Samdhong Rinpoche, fez ontem ao Congresso Nacional. "A relação dessa visita com o assunto é que, no Tibete, não estão sendo respeitados os direitos humanos universais, em virtude da invasão chinesa", salientou.

Declaração reproduz anseios dos tempos atuais, diz Leonel

A Declaração Universal dos Direitos do Homem está identificada com os novos tempos e com os anseios majoritários da opinião pública mundial. A opinião foi manifestada ontem pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF), ao fazer sua



Leonel: cidadania

saudação à data em que se comemoram os 49 anos da feitura daquele documento, proclamado em 10 de dezembro de 1948.

Segundo o senador, a Declaração reafirma direitos como liberdade de pensamento, de consciência, de religião, "e, mais do que eles, introduz os direitos sociais, nos quais se destacam o direito ao trabalho, à educação, à segurança social e a um nível satisfatório de vida, com repouso e lazer".

- Em apenas 30 artigos, cuja

elaboração contou com a participação decisiva de um brasileiro, Austregésilo de Athayde, tantas vezes presidente da Academia Brasileira de Letras e orador escolhido para fazer o discurso solene de proclamação do documento, a Declaração explicita os direitos fundamentais, a partir dos quais gravitam tantos outros, derivados e secundários - disse.

Leonel Paiva acrescentou que o documento reafirma o conceito de cidadania a todos os povos, em que pesem os paradoxos e as contradições deste final de século, quando analfabetos convivem com a mais alta tecnologia e o conforto e as facilidades da vida material moderna não atingem "colossais contingentes de deserdados e excluídos em todos os cantos".

O relatório dos senadores que acompanharam a conferência da ONU considera indispensável que se discuta uma política urbana global do país

Comissão do Habitat 2 prega desenvolvimento sustentável

Urgência para propostas legislativas que dêem prioridade à promoção do desenvolvimento humano sustentável. Essa é uma das principais recomendações do relatório final aprovado ontem pela Comissão Temporária do Senado que acompanhou a atuação do Brasil na Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre assentamentos humanos - Habitat 2, realizada em Istambul.

Presidida pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) e tendo o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) como relator, a comissão, que iniciou seus trabalhos em maio de 1996, analisou em profundidade a questão dos assentamentos urbanos.

O relatório considera indispensável que se discuta uma



Coutinho Jorge, presidente



Casildo Maldaner, relator

política urbana global para o país. Os senadores listaram algumas das principais conclusões do evento:

- as cidades, no século XXI, não devem ser consideradas como um produto final, mas sim como um processo em virtude do qual as comunidades darão forma a seu entorno e o

- modificarão constantemente;
- há estreita relação entre o urbano e o rural e a gestão da terra é uma questão fundamental para o desenvolvimento sustentável;
- o problema dos recursos hídricos será enorme, no próximo século, podendo gerar conflito entre nações.

Senadora defende prerrogativas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sustentou, da tribuna, que a Medida Provisória nº 1.599-38 retira do Conselho Nacional de Assistência Social atribuições necessárias ao suporte da assistência social no país. Ela disse que, ao alterar dispositivos da Lei Orgânica de Assistência Social, a MP não preenche os pressupostos de urgência e relevância, e evidencia, como frisou, explícita usurpação das prerrogativas do Congresso Nacional.

Benedita da Silva destacou também que, ao participar da abertura da Segunda Conferência de Assistência Social, no Auditório Petrólio Portella, emocionou-se quando um coral composto de deficientes auditivos, através de sinais, cantou o Hino Nacional.

A propósito, a parlamentar lembrou que está tramitando um projeto de sua autoria que propõe maior assistência aos portadores de deficiências auditivas, os quais, segundo informou, são mais de 18 milhões. Ela pediu prioridade para a sua tramitação.



Samdhong Rinpoche pediu apoio à autonomia do Tibete

ACM recebe presidente da Assembléia Tibetana

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente da Assembléia Tibetana no Exílio, deputado Samdhong Rinpoche, que veio ao Brasil pedir apoio das autoridades em favor do movimento pela autonomia do Tibete e o fim da ocupação chinesa na região. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e os deputados Fernando Gabeira e Lindberg Farias acompanharam o visitante.

De acordo com o senador petista, o presidente do

Senado disse ver com simpatia a causa pela autonomia do Tibete, dentro do princípio de respeito e culto às liberdades políticas, de crença e de expressão.

Suplicy acrescentou que Antonio Carlos Magalhães destacou as boas relações que o Brasil mantém com a República da China e a esperança de que seja possível fazer chegar ao governo chinês a expectativa de uma próxima solução para a questão tibetana, sem prejuízo para o bom relacionamento bilateral.

Emenda redefine situação funcional dos militares

A CCJ aprovou, também na reunião de ontem, parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável à emenda à Constituição apresentada pelo Executivo que redefine o estatuto constitucional dos militares e torna mais claras as especificidades da profissão. A emenda, como destacou em voto em separado o líder da oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), havia sido motivada pelo propósito de tornar possível a concessão de reajustes diferenciados entre militares e civis.

A proposta original pretendia substituir, no dispositivo constitucional que trata da revisão geral da remuneração do funcionalismo, a expressão "sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares" por "sem distinção entre os três Poderes". O texto votado na Câmara, agora apreciado pelo Senado, não tratou dessa matéria.

Segundo justificativa assina-

- Verificamos, de um lado, que a proposição reforça a militarização das PMs e dos corpos de bombeiros, na contramão de toda discussão que se faz atualmente no Congresso Nacional e na sociedade sobre a procedência da sujeição dos órgãos de polícia ostensiva e preservação da ordem pública às autoridades civis (...). Por outro lado, a proposição consagra a manutenção de um sistema de aposentadoria e pensões que destoam do texto da reforma da Previdência (...) - disse.

Segundo Dutra, pelo texto aprovado, são mantidas a paridade entre remuneração da ativa e valores de pensões, a concessão de salário-família aos militares não sujeita a limites que deverão ser obedecidos pelos demais brasileiros e a acumulação de proventos de inatividade com remuneração na ativa. Nota técnica que orientou o parecer de Tuma, entretanto, afirma que nem a proposta de emenda constitu-

Se a emenda passar em plenário, os militares terão tratamento distinto em relação a direitos, deveres e outras prerrogativas

cional da reforma da Previdência nem a proposta votada ontem promovem alteração na situação previdenciária dos militares, "mantendo o seu presente status quo constitucional na matéria".

A CCJ também votou, em turno suplementar, substitutivo do senador Francolino Pereira (PFL-MG) a projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que autoriza a União a constituir memorial em homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas.

Foi aprovado ainda, em votação suplementar, substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC) a projeto de lei de Simon que altera dispositivos do Código Penal sobre os mecanismos de realização, controle e acompanhamento das atividades relacionadas à apuração de fatos criminosos.

A CCJ aprovou igualmente parecer favorável a projeto de autoria do Executivo que inclui a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro no Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais.

As matérias aprovadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dependem ainda de deliberação do plenário, salvo o projeto sobre a homenagem a Vargas, que, aprovado terminativamente, só irá ao plenário se houver recurso nesse sentido.

da pelos ministros da Justiça, da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, do Estado-Maior das Forças Armadas, da Administração Federal e Reforma do Estado e do Planejamento e Orçamento, a intenção da emenda é a de dar aos militares, por suas características, um tratamento distinto em relação a deveres, direitos e outras prerrogativas, dispondo-os no capítulo pertinente ao Título V - "Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas".

- Justifica-se a alteração do dispositivo proposto visto que os militares não são servidores dos ministérios militares: eles pertencem às instituições nacionais permanentes que são a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. O perfil da profissão militar é a defesa da pátria, tendo por isso peculiaridades inigualáveis com outras categorias - argumentam os ministros.

Em seu voto, que foi minoritário, Dutra destacou que servidores públicos civis e servidores públicos militares "são espécies de um mesmo gênero". Ele lembrou que a Câmara não alterou a redação do dispositivo relativo à remuneração dos servidores e acrescentou que "isso, contudo, não nos autoriza a pensar que a promulgação da matéria seria inócua".



Na CCJ, os senadores discutem solução mais racional para a regulamentação do sistema financeiro

Como o consenso em torno dos múltiplos aspectos e segmentos do setor é difícil hoje, a idéia é permitir mais de uma lei para a matéria

CCJ torna regulamentação do sistema financeiro mais fácil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem substitutivo apresentado pelo senador Jefferson Pères (PSDB-AM) a proposta de emenda constitucional do senador José Serra (PSDB-SP) estabelecendo que o sistema financeiro nacional, em seus diferentes segmentos, será regulado por leis complementares, que dispõem, inclusive, sobre as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Pelo texto constitucional em vigor, uma única lei complementar disporá sobre o siste-

ma financeiro nacional. Isso torna difícil a regulação da matéria, segundo o autor da emenda, já que, além de lei complementar exigir quorum qualificado, não é fácil um entendimento em torno de uma lei que trate, ao mesmo tempo, de todos os segmentos do sistema financeiro. O substitutivo de Jefferson Pères dispõe ainda que lei complementar disporá sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.

Ao final da reunião, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) criticou a redação aprovada pela CCJ, por entender que, ao não definir os segmentos que requerem regula-

ção por lei complementar, ela permite que o governo edite medidas provisórias sobre questões ligadas ao sistema financeiro. A Constituição, ao contrário, especifica que itens serão tratados por lei complementar, como autorização para o funcionamento das instituições financeiras e dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, e a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central. O texto em vigor que se pretende substituir também dispõe sobre o limite da taxa de juros em 12% ao ano. A proposta de emenda será levada agora ao plenário.

Projeto que cria novas penas no Código Penal passa na comissão

Parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável, com emendas, a projeto que inclui no Código Penal a prestação pecuniária e a perda de bens e valores entre as penas restritivas de direito foi aprovado na mesma reunião de ontem da CCJ.

A proposta, de autoria do Executivo, prevê ainda a pena de prestação de serviços a entidades públicas. Hoje, o que existe é a prestação de serviços à comunidade. O projeto será agora submetido ao

plenário para votação em primeiro turno.

As penas restritivas de direito, de acordo com o texto aprovado, substituem as de prisão quando: aplicada a privativa de liberdade a crime doloso, não for superior a um ano, e a culposo, em qualquer quantidade; aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou em concurso de pessoas; o réu não for reinciden-

te em crime doloso. Já a advertência seria aplicável aos delitos sujeitos a penas inferiores a seis meses.

Na mesma reunião em que aprovou o projeto que cria novas penas alternativas, a CCJ decidiu defender a inclusão, na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, do projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras.

Requião aponta pressões em favor de pedidos



Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou ontem as pressões que o governo federal estaria exercendo sobre o Senado para que a

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprove pedidos de empréstimos externos para o estado do Paraná, no valor de aproximadamente US\$ 900 milhões.

Requião afirmou que a avaliação do Banco Central e da Secretaria da Receita atesta que o Paraná não reúne as condições para contrair os empréstimos que solicita. Por essa razão, o senador protestou contra a atitude de membros do governo, que estariam telefonando para os membros da CAE pressionando no sentido de que votem favoravelmente aos pedidos de empréstimo.

- Quero deixar claro que o PMDB associado ao PSDB e a outros partidos vencerá as próximas eleições para governador e não pagaremos essas dívidas - disse o senador.

Osmar: "Jamais votarei contra o meu estado"



Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) voltou a afirmar ontem, da tribuna, que "jamais votarei contra o meu estado", ressaltando que ofereceu parecer contrário aos pedidos de empréstimo do Paraná porque o estado não tem condições de assumir novas dívidas.

- Vou votar contra um governo que está lotado de denúncias de corrupção e não responde, não explica. Vou votar contra um governo que quebrou o estado do Paraná em apenas dois anos e meio de administração desastrosa. Vou votar contra um governador que é um mentiroso contumaz, que mentiu no passado, mente no presente e mentirá no futuro. Em favor do meu estado e da gente do Paraná, dei parecer contrário aos pedidos de empréstimos porque não podemos ignorar o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional - concluiu.

Plenário aprovou também operações que favorecem os estados da Bahia, Mato Grosso e Minas Gerais, além do programa do BC

São Paulo e Rio podem rolar dívidas do próximo semestre

O plenário do Senado autorizou ontem os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro a emitir títulos dos respectivos tesouros estaduais com a finalidade de rolar dívidas mobiliárias com vencimento no 1º semestre de 1998. No caso do Rio de Janeiro, foi permitida a elevação temporária dos limites de endividamento estabelecidos pelo Senado.

Em outra decisão, o governo da Bahia foi autorizado a realizar operação de refinanciamento de dívida do estado, conforme contrato celebrado com a União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Pelo quarto projeto de resolução aprovado ontem, o governo federal foi autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para

Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de US\$ 20 milhões. Os recursos serão destinados ao Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central.

Programa do Banco Central habilitará seus funcionários a usar práticas bancárias internacionais

Conforme o relator, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), esse programa objetiva o fortalecimento da capacidade de supervisão do BC sobre o sistema financeiro. "O programa habilitará funcionários do banco a utilizar as melhores práticas bancárias internacionais, contribuindo para minimizar o custo de fiscalização

do sistema bancário e reduzir o grau de risco associado à operação do sistema financeiro. Isto permitirá a redução dos *spreads* com que operam os bancos brasileiros no exterior, elevando-os na categoria de *risk rating*, com a consequente diminuição do custo de captação para o país", frisou o senador em seu parecer favorável.

O governo de Mato Grosso do Sul, por sua vez, foi autorizado a realizar operação de crédito no valor de R\$ 40 milhões junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e do Ajuste Fiscal dos Estados. Outra operação de crédito autorizada permitirá que o governo de Minas Gerais eleve temporariamente seus limites de endividamento para obter crédito junto à Vale do Rio Doce S.A.

Aprovados pedidos de empréstimo do Paraná

Em reunião que começou no final da tarde e se encerrou às 21h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem três pedidos de empréstimos externos ao estado do Paraná. O parecer do senador Osmar Dias (PSDB-PR), contrário aos pedidos, foi rejeitado por 15 votos a sete. Os empréstimos são de US\$ 175 milhões, junto ao Bird; US\$ 100 milhões, do BID; e 23,6 bilhões de ienes junto ao The Overseas Economic Cooperation Fund.

O senador Francilino Pereira (PFL-MG), que apresentou voto em separado a favor dos pedidos, disse que a liderança do seu partido deverá encaminhar pedido de urgência para que a matéria seja imediatamente apreciada pelo plenário da Casa, o que, a seu ver, poderá ocorrer na sessão de amanhã.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) iniciou a discussão sobre a matéria lendo o editorial "A insolvência do Paraná", publicado na edição de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*, e documentos fornecidos pelo Banco Central e pela Secretaria Nacional do Tesouro, todos esclarecendo que o Paraná não estaria em condições financeiras de contrair empréstimos. Portanto, Requião acompanharia o voto do relator. O

mesmo posicionamento foi manifestado pelo senador Espiridiano Amin (PPB-SC).

O relator Osmar Dias ressaltou os pareceres técnicos atestando que o Paraná não teria capacidade de assumir novas dívidas. Segundo o senador, a aprovação dos empréstimos iria ferir a resolução do Senado que disciplina a questão e abriria caminho para que decisões semelhantes sejam tomadas em favor de outros estados.

A aprovação dos empréstimos foi defendida pelo senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR), que argumentou que o Paraná deve ter o mesmo tratamento dado a outros estados, que tiveram seus pleitos atendidos.

José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, comentou matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual a aprovação dos pedidos de empréstimo representaria retribuição ao apoio de parlamentares à proposta de reforma administrativa do governo.

Manifestaram-se ainda a favor da solicitação do governo do Paraná os senadores José Agripino (PFL-RN), José Fogaça (PMDB-RS), Levy Dias (PPB-ES) e Elcio Alvares (PFL-MS), líder do governo no Senado.

Suassuna: fundo toma recursos dos estados



Suassuna: nova era

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Funda-

mental e de Valorização do Magistério já significa uma nova era no tratamento do ensino básico, uma vez que o pior fator de deterioração do ensino público vem sendo a remuneração vil que é oferecida aos professores. Para o senador, no entanto, "tudo seria bom demais se a aplicação da lei que cria esse fundo não representasse, também, um baque no montante de recursos a serem repassados pela União aos governos estaduais".

Ney Suassuna citou o caso da Paraíba, que terá, no ano que vem, uma perda estimada em R\$ 34 milhões em seus repasses federais. Segundo o senador, a implantação do fundo "fica inviabilizada se não for encontrada uma solução para as dívidas estaduais frente à União".

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a reforma tributária só enfraqueceu estados e municípios. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) solidarizou-se com Suassuna.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre a pesquisa da Unesco que traça um perfil dos adolescentes (reapresentação)

7h40 - "Senado em Pauta"

8h - Debate entre o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética Wolney Garrafa sobre o projeto de lei da eutanásia (reapresentação)

9h30 - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (reapresentação)

10h - Sessão conjunta do Congresso Nacional - votação do Orçamento (vivo)

14h30 - Sessão plenária (vivo)

Logo após: Comissão de Constituição e Justiça de 10/12 (gravada)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

1h - Debate entre o senador Gilvam Borges e o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética Wolney Garrafa (reapresentação)

2h - "Jornal da Amazônia"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens institucionais e especiais, e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

9h45 - "Plenário em Revista"

10h - Sessão conjunta do Congresso Nacional

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Plenário aceita indicações para diretoria da Aneel

O plenário aprovou ontem duas mensagens do Executivo autorizando a escolha de Jaconian de Aguiar e Luciano Pacheco Santos para a primeira diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com mandato de quatro anos. Dois dos cinco membros da primeira diretoria devem ser submetidos à aprovação do Senado.

Para Ottoniel Machado (PMDB-GO), um dos relatores, "a sólida formação e experiência, o conhecimento específico e a longa carreira técnica e gerencial exibida na área em questão pelo senhor Luciano Pacheco Santos" foram os elementos que o fizeram votar favoravelmente à indicação.



Tuma: homenagem ao arcebispo

Tuma anuncia consagração de dom Mansour

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) anunciou ontem a cerimônia de consagração como metropolitano do Brasil de dom Damaskinos Mansour, arcebispo metropolitano da Igreja Católica Ortodoxa do Brasil. Ele disse que a cerimônia foi revestida de alto espírito religioso, tendo-se realizado na presença de várias autoridades civis, militares e diplomáticas.

Tuma traçou um perfil biográfico de dom Damaskinos Mansour, dizendo que ele nasceu em Damasco, recebendo mais tarde o título de Mestre em Teologia pela Universidade de Tessalônica, na Grécia. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) solidarizou-se com a homenagem.

Empresas que exploram concessão de serviços públicos poderão usar recursos captados também para amortizar seus financiamentos

Concessionárias emitirão títulos para investimento

As empresas concessionárias de serviços públicos poderão emitir Títulos de Participação em Receita de Serviço Público Concedido (TPRs) para realizar investimentos ou amortizar financiamentos, conforme projeto do senador José Serra (PSDB-SP) aprovado ontem pelo plenário e que segue agora para a Câmara.

O novo título é oportuno, segundo o relator, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), pois trata-se de uma inovação que permitirá "a ampliação de recursos disponíveis para o concessionário realizar novos e significativos investimentos". Para o líder do governo no Congresso, "todo mecanismo que crie formas alternativas de captar recursos, estimulando a poupança, deve ser incentivado. O aumento da poupança, principalmente com a sua vincu-



Serra: autor do projeto inovador

lação ao aumento do investimento, constituir-se-á em elemento determinante para a expansão econômica neste período pós-estabilidade monetária".

Conforme o projeto, os TPRs, nominativos e emitidos para investimentos específicos a serem realizados pelas concessionárias de serviços públicos, possibilitarão que

seus adquirentes participem da receita bruta da concessionária durante um determinado período de tempo. Por essa característica, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) classificou os TPRs como "títulos de segurança máxima".

Os valores globais das emissões dos TPRs, por sua vez, não poderão exceder a 50% do valor do investimento total relativo ao empreendimento, sendo que no mínimo 20% desse investimento deverão ter origem em recursos próprios da concessionária.

"Com isso, garantir-se-á que o concessionário capitalize com poupança própria o seu empreendimento, concomitantemente à captação de recursos na forma de TPR", registrou Arruda em seu parecer favorável.

Patrocínio registra morte de ex-senador

A morte do ex-senador pelo estado de Goiás Benedito Ferreira, ocorrida segunda-feira, em Goiânia, foi lamentada ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que manifestou sua solidariedade à viúva, Dirce Ignácio Ferreira, e demais familiares.

Natural de Ipameri, Benedito Ferreira desempenhou importante papel no cenário político de Goiás, tendo sido deputado federal entre 1967 e 1971 e senador em duas legislaturas, de 1971 a 1979 e de 1979 a 1987.

Ele destacou sua atuação como presidente da União Democrática Nacional (UDN) e como secretário-geral, entre 1961 e 1966, e seu trabalho nas comissões do Congresso Nacional, onde cumpriu mandatos pela Arena, PDS e PFL.

Quintanilha lembra luta por Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) lamentou ontem o falecimento do ex-senador goiano Benedito Ferreira, que também foi deputado federal "e um dos maiores entusiastas da criação do estado do Tocantins".

Quintanilha salientou o traço pioneiro de Benedito, que, numa época em que praticamente não havia nenhum atrativo na região norte de Goiás - "não tínhamos sequer estradas" -, ele lá se instalou como empresário, levando o progresso e o desenvolvimento para a região.

Depois de fundar indústrias de beneficiamento de óleo de babaçu e de carne, foi proprietário de fazendas produtivas e, posteriormente, dedicou-se ao ramo das comunicações, tornando-se proprietário de rádios, jornais e televisão. No entanto, percebendo a gravidade dos problemas sociais, lembrou Quintanilha, Benedito Ferreira dedicou-se à vida pública.

Juiz irá às áreas de conflito de terras antes de tomar decisão

Sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães o plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, que acrescenta parágrafos ao Código de Processo Civil sobre concessão de liminares em conflitos pela posse rural. O parecer foi dado pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Pela nova redação da matéria, nas ações

decorrentes de dissídios coletivos, o juiz, antes de decidir sobre o mandado liminar, verificará *in loco* o motivo do litígio e notificará o Ministério Público (MP). E, ainda, se concedido o mandado liminar, o juiz e o representante do MP acompanharão a desocupação do imóvel, dando-se ciência do fato ao órgão fundiário competente.



Ronaldo: juiz verá a situação